



TRÊS RIOS
— PREFEITURA —

**Comissão Gestora e de
Regulamentação,
Monitoramento e
Acompanhamento para
Implantação da Lei Federal n.º
13.709, de 14 de agosto de 2018
—
Lei Geral de Proteção de Dados
Pessoais (LGPD)**

**RELATÓRIO DE
RESULTADOS DO
QUESTIONÁRIO**

Maior / 2022

 TRÊS RIOS PREFEITURA	Comissão Gestora e de Regulamentação, Monitoramento e Acompanhamento para Implantação da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	Processo n.º: 6109/2022
		Protocolo n.º:
		Folha n.º:
		Rubrica
Relatório de Resultados do Questionário		
Cód. do Projeto:	001/2022	Nome: Implantação da Lei Federal n.º 13.709 – LGPD

Histórico de Alterações			
Versão	Data	Autor	Notas da Revisão
V1.0	18/04/2022	Eduardo dos Santos Oliveira	Versão Inicial do Relatório de Resultados do Questionário.

SUMÁRIO

1. CONTEXTO DA EXECUÇÃO DA PESQUISA	3
2. UNIDADES PARTICIPANTES DA PESQUISA	3
3. RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO	4
3.1. Questão 01	4
3.2. Questão 02	4
3.3. Questão 03	5
3.4. Questão 04	5
3.5. Questão 05	6
3.6. Questão 06	6
3.7. Questão 07	7
3.8. Questão 08	7
3.9. Questão 09	7
3.10. Questão 10	8
3.11. Questão 11	8
4. APROVAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	9

 TRÊS RIOS PREFEITURA	Comissão Gestora e de Regulamentação, Monitoramento e Acompanhamento para Implantação da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	Processo n.º: 6109/2022
		Protocolo n.º:
		Folha n.º:
		Rubrica
Relatório de Resultados do Questionário		
Cód. do Projeto:	001/2022	Nome: Implantação da Lei Federal n.º 13.709 – LGPD

1. CONTEXTO DA EXECUÇÃO DA PESQUISA

A Comissão Gestora e de Regulamentação, Monitoramento e Acompanhamento para Implantação da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelecida pela Decreto n.º 6.797, de 11 de abril de 2022, publicado no Boletim Informativo Oficial (BIO) n.º 1749, de 11/04/2022, disponibilizado em 13/04/2022, o qual instituiu a Comissão, deliberou na Reunião n.º 01/2022, ocorrida em 19/04/2022, que, de forma preliminar, deveria obter algumas informações das Secretarias Municipais referentes a LGPD.

A Comissão decidiu que a melhor forma de coletar os dados seria através de uma pesquisa, utilizando como base o anexo ao Termo de Solicitação de Informações e Documentos n.º 01, enviado à Prefeitura do Município de Três Rios, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ, referente a Avaliação de Adequação dos Municípios à Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD). O referido termo contém um questionário anexo, o qual é um instrumento de coleta de dados sobre as medidas implementadas para assegurar a conformidade com a LGPD e deve ser preenchido pelas entidades e órgãos auditados.

Desta forma, a Comissão enviou um Ofício a cada um dos Secretários Municipais, solicitando o preenchimento da pesquisa num prazo de 05 (cinco) dia úteis, e, para tanto, desenvolveu uma aplicação digital, para coletar e armazenar os dados da pesquisa, selecionando algumas perguntas-chave constante do questionário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ, para que pudesse ser avaliado o grau de conhecimento e medidas referentes a LGPD.

2. UNIDADES PARTICIPANTES DA PESQUISA

#	Secretaria Municipal
1	Gabinete do Prefeito
2	Procuradoria Geral do Município
3	Secretaria de Controle Interno
4	Secretaria de Governo
5	Secretaria da Fazenda, da Micro e Pequena Empresa e do Empreendedor
6	Secretaria de Saúde e Defesa Civil
7	Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia
8	Secretaria de Administração e Recursos Humanos
9	Secretaria de Assistência Social e Direito Humanos
10	Secretaria de Planejamento, Projetos e Integração
11	Secretaria de Obras, Habitação e Infraestrutura
12	Secretaria de Serviços Públicos
13	Secretaria de Meio Ambiente
14	Secretaria de Transportes
15	Secretaria de Esportes e Lazer
16	Secretaria de Indústria e Comércio
17	Secretaria de Cultura e Turismo
18	Secretaria de Ordem Pública, Políticas de Segurança e Combate às Drogas
19	Secretaria de Gestão Pública e Compras Governamentais
20	Secretaria de Agricultura / Subprefeitura de Bemposta
21	Secretaria de Comunicação

Etapa 3 – Implantação da LGPD	Fase de Preparação
Relatório de Resultados do Questionário	Página 3 de 9

Relatório de Resultados do Questionário

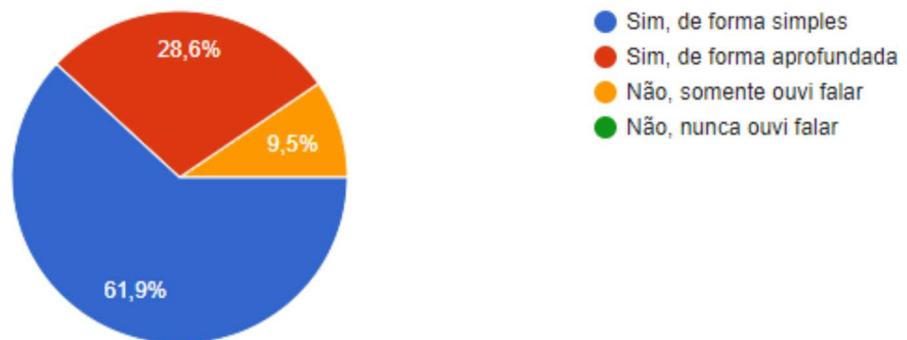
Cód. do Projeto: 001/2022

Nome: Implantação da Lei Federal n.º 13.709 – LGPD

3. RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO**3.1. Questão 01**

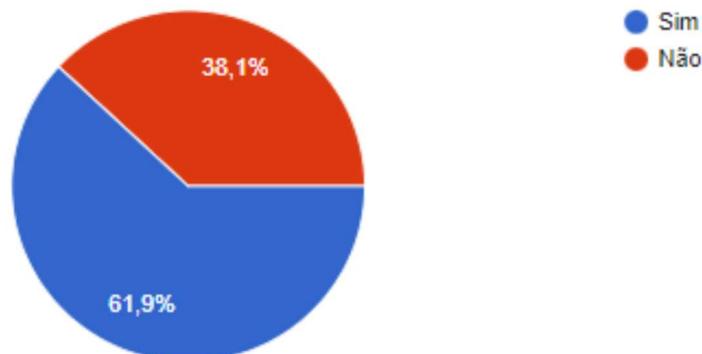
1) A Secretaria ou Departamento, através de seus (s) gestor (es) tem conhecimento sobre o início da vigência/teor da Lei Federal N.º 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD?

21 respostas

**3.2. Questão 02**

2) A Secretaria ou Departamento, possui em seu corpo técnico, servidor (es) que desempenhem função de gerenciador/operador de algum tipo de banco de dados de pessoas físicas ou jurídicas?

21 respostas



Relatório de Resultados do Questionário

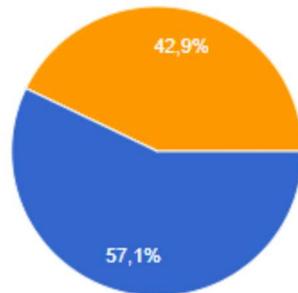
Cód. do Projeto: 001/2022 Nome: Implantação da Lei Federal n.º 13.709 – LGPD

3.3. Questão 03

3) Qual tipo de dados é coletado, tratado, armazenado, compartilhado, publicado e/ou eliminado por vossa secretaria/departamento?



21 respostas



- Documentos pessoais (Identidade, CPF, Contrato Social, CNPJ, título eleitoral, cartão SUS, etc...)
- Documentos sensíveis (revelam origem racial ou étnica, religião, opinião política, filiação a sindicato, vida sexual, dados de saúde, etc...)
- Outros tipos de dados (Descrever abaixo)

Em caso de outro tipo de dado, descreva aqui:

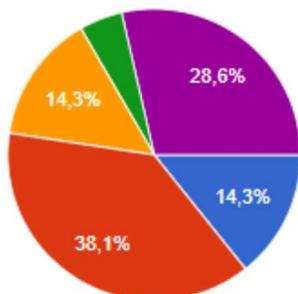
- Solicitamos DECLAN, E-Social para prestação de contas e acompanhar o incentivo fiscal cedidos, no setor de emprego temos acesso a identidade, CPF, carteira de trabalho. Documentos que não são e nem podem ser divulgados. - Documentos pessoais (Identidade, CPF, Contrato Social, CNPJ, contato telefônico (fixo e celular), e-mail, endereço, redes sociais, dados bancários, etc.) Documentos sensíveis (revelam origem racial ou étnica, gênero, etc.) - Dados referentes aos Processos do TCE-RJ, Ouvidoria e CGU DADOS DO CADASTRO ÚNICO (Documentos Pessoais, Informações sobre Renda, Composição Familiar, Endereço, entre outros.) - Não há coleta nem compartilhamento desses dados por parte desta Secretaria, somente o armazenamento dos dados captados pelo sistema que gere o município. - Documentos referentes aos Contratos de Repasse e Convênios do Município (Plataforma +Brasil). - Documentos relativos a atos oficiais do Governo.

3.4. Questão 04

4) Existe controle do nível de acesso aos bancos de dados produzidos por esta Secretaria/Departamento?



21 respostas



- Sim, controle absoluto
- Sim, controle mínimo
- Sim, porém todo acesso pode ser rastreado
- Não, o acesso é ilimitado a qualquer pessoa
- Não, porém só o operador tem acesso ao banco de dados

Relatório de Resultados do Questionário

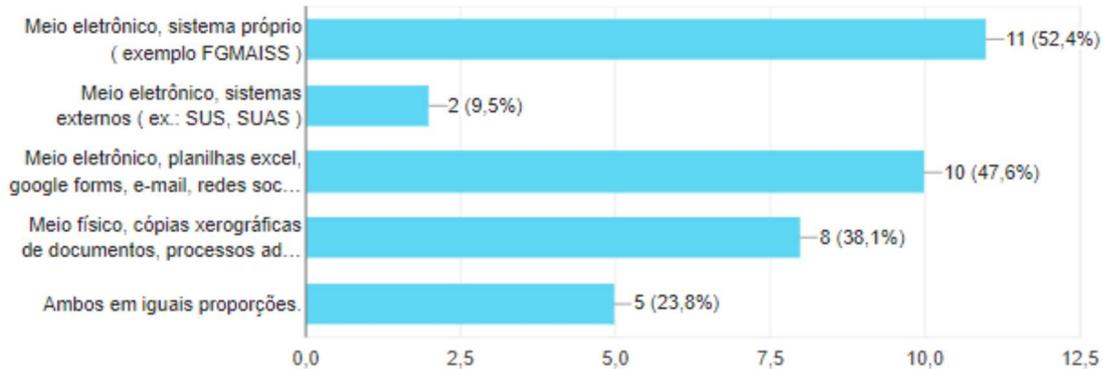
Cód. do Projeto: 001/2022 Nome: Implantação da Lei Federal n.º 13.709 – LGPD

3.5. Questão 05

5) Qual é o método principal de captação dos dados sob vossa responsabilidade?



21 respostas

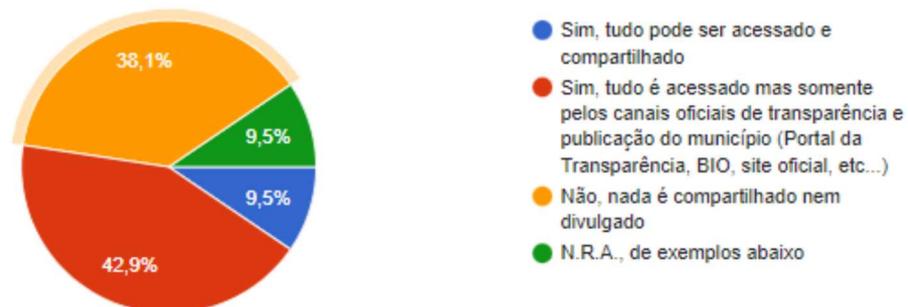


3.6. Questão 06

6) A Secretaria divulga ou compartilha, em rede interna ou externa, algum tipo de dados dos usuários de seus serviços?



21 respostas



Exemplos em caso de N.R.A.:

- Tudo é acessado diariamente, mas nada é compartilhado.
- A Secretaria utiliza o dropbox, bem como vem compartilhando com os alunos da Rural o INVTUR sem os números de telefone celular, conforme orientação.
- As informações sociais são registradas em sistemas específicos da Assistência Social, sendo que os dados dos usuários são protegidos por sigilo profissional, limitando o seu acesso apenas aos técnicos da Secretaria de Assistência e aos Órgãos de Controle e Fiscalização, tais como: Ministério Público, Poder Judiciário, entre outros.

Relatório de Resultados do Questionário

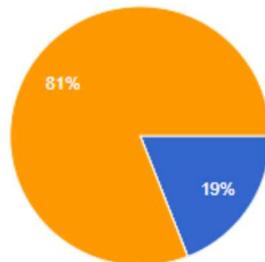
Cód. do Projeto: 001/2022 Nome: Implantação da Lei Federal n.º 13.709 – LGPD

3.7. Questão 07

7) Há coleta de dados pessoais de crianças e/ou adolescentes em sua base de dados?

 Copiar

21 respostas



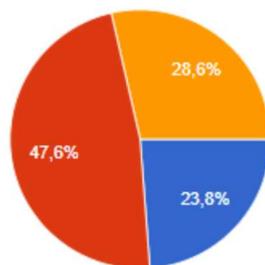
- Sim, com consentimento explícito de pelo menos um responsável
- Sim, sem consentimento explícito de nenhum responsável
- Não

3.8. Questão 08

8) Quando há publicação, em algum veículo oficial de comunicação, de algum dado pessoal ou sensível de algum titular pessoa natural existe alguma ferramenta para anonimização dos dados publicados (ex.: tarja sobre parte do nome, razão social e/ou número de CPF e CNPJ)?

 Copiar

21 respostas



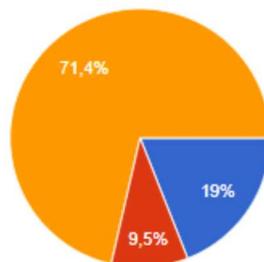
- Sim, os dados são anonimizados
- Não, os dados são publicados integralmente nos veículos oficiais
- Não há publicação de dados

3.9. Questão 09

9) Em sua gestão houve algum tipo de vazamento de dados e/ou ataque hacker que possa ter extraído e/ou disponibilizado, acesso ao banco de dados?

 Copiar

21 respostas



- Sim, em tempos pretéritos
- Sim, recentemente (de janeiro de 2022 em diante)
- Não, nunca houve vazamento de dados

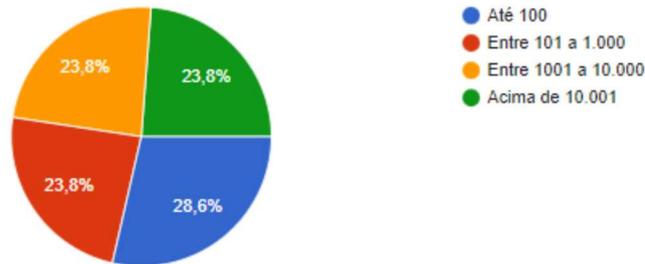
Relatório de Resultados do Questionário

Cód. do Projeto: 001/2022 Nome: Implantação da Lei Federal n.º 13.709 – LGPD

3.10. Questão 10

10) Qual quantitativo aproximado de dados pessoais (físicas ou jurídicas) que são armazenados, tratados e/ou compartilhados sob vossa responsabilidade?

21 respostas


3.11. Questão 11

11) Observações Diversas (preenchimento facultativo caso Gestor responsável opte por registrar ou esclarecer algum fato sobre o questionário)

- A divulgação de dados e imagens dessa Secretaria e realizada pela Sec de Comunicação, sem que haja divulgação direta de informações pessoais.
- Em todos boletos emitidos pelo balcão de atendimento, é necessário que sejam conferidos a documentação e endereço do contribuinte ou requerente.
- Toda documentação de terceiros chega a nossa Secretaria por meio de processo administrativo. Temos somente em nosso banco de dados, os permissionários de ponto de taxi e das autorizações de estacionamento de idosos e pessoas com deficiência.
- A PGM coleta, porém não compartilha os dados coletados.
- Na questão 5 gostaríamos de selecionar as duas opções: Meio eletrônico, planilhas *excel*, *google forms*, e-mail, redes sociais e Meio físico, cópias xerográficas de documentos, processos administrativos.
- A Controladoria utiliza-se de dados abertos via TCE-RJ e de dados da CGU para operacionalizar a Ouvidoria/FalaBr. Ressalta-se que os dados sensíveis administrados por essa secretaria se referem as auditorias do Tribunal de Contas RJ. Ocorre ainda, administração considerável de dados físicos.
- A Secretaria de Tecnologia e Informação foi constituída em janeiro de 2021, e desde então vem adotando medidas para conter/controlar o acesso e divulgação de dados sensíveis e pessoais, respeitando as obrigações legais da administração pública.
- A Plataforma +Brasil, do Governo Federal é a principal base de dados utilizada na Secretaria. No modo de edição dos dados só possíveis para usuários cadastrados. Entretanto, os dados podem ser acessados livremente, no modo Acesso Livre, por qualquer pessoa, que por exemplo pode verificar os dados pessoais de prepostos de órgãos públicos e privados, através dos contratos anexados na plataforma.
- Precisa de uma regulamentação interna no município para que possa trabalhar esses dados nos documentos oficiais.
- A Secretaria de Saúde lida com dados de toda a população através dos registros em prontuário. Os Holerites dos servidores são disponibilizados através do Portal da Transparência de forma integral, havendo a exposição dos dados pessoais. Todos os demais

	Comissão Gestora e de Regulamentação, Monitoramento e Acompanhamento para Implantação da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	Processo n.º: 6109/2022
		Protocolo n.º:
		Folha n.º:
		Rubrica
Relatório de Resultados do Questionário		
Cód. do Projeto:	001/2022	Nome: Implantação da Lei Federal n.º 13.709 – LGPD

dados, quando compartilhados, são utilizadas maneiras de se manter anonimato das pessoas.

- Nossa secretaria realiza coleta de dados devido às inscrições dos projetos esportivos e/ou de lazer oferecidos.

4. APROVAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

<p>Samuel Brito Rodrigues Subsecretário de Tecnologia e Informação Matrícula: 124.2953 Vice-Presidente da Comissão</p>	<p>Oscar Ferreira Salgueiro de Castro Procurador Geral Adjunto Matrícula: 124.1972 Presidente da Comissão</p>
--	---